



Uso de psicotrópicos no cuidado à saúde mental e suas implicações no âmbito da atenção primária à saúde

Use of psychotropic drugs in mental health care and its implications in primary health care

Uso de psicofármacos en la atención de salud mental y sus implicaciones en la atención primaria de salud

Waléria Vieira de Oliveira Santos¹, Francisca Paula Batista da Silva²

1- Residente de Medicina da Família e Comunidade pelo Centro Universitário de Patos, UNIFIP, Patos, Paraíba, Brasil

2- Docente da Residência de Medicina da Família e Comunidade pelo Centro Universitário de Patos, UNIFIP, Patos, Paraíba, Brasil

Autor Correspondente

Nome: Waléria Vieira de Oliveira Santos

E-mail: waleriavos@hotmail.com

Resumo

Introdução: O uso de psicotrópicos vem crescendo desde a década de 1940, consolidando-se no tratamento de sintomas psicoafetivos. No Brasil, observa-se consumo elevado de psicotrópicos. O uso inadequado ou prolongado pode afetar a saúde física e mental. **Objetivo:** Identificar e analisar a produção científica relacionada ao aumento do uso de psicotrópicos no cuidado da saúde mental na Atenção Primária à Saúde. **Metodologia:** Revisão integrativa realizada nas bases BVS, SciELO e PubMed e LILACS, no período de 2020 a 2025, sendo utilizados os descritores “psicotrópicos”, “saúde mental” “medicalização” e “atenção primária de saúde”, combinados por meio do operador booleano “AND”; sendo 13 artigos selecionados para a análise. **Resultados:** A prática clínica relacionada ao uso de psicotrópicos na saúde mental exige revisão crítica e contextualizada, que considere não apenas a prescrição em si, mas também as implicações sociais, éticas e estruturais desse cuidado, bem como trazer para o cenário, o paciente, a comunidade, equipe de profissionais de saúde e gestores. **Conclusão:** Torna-se imprescindível revisar criticamente as práticas de prescrição e manejo dos psicotrópicos, fortalecendo abordagens não farmacológicas, ações educativas e estratégias de redução de danos.

Palavras-chave: Medicalização. Saúde Mental. Atenção Primária à Saúde.

Abstract

The use of psychotropic drugs has been growing since the 1940s, becoming established in the treatment of psychoaffective symptoms. In Brazil, high consumption of psychotropic drugs is observed. Inappropriate or prolonged use can affect physical and mental health. **Objective:** To identify and analyze the scientific production related to the increased use of psychotropic drugs in mental health care in Primary Health Care. **Methodology:** An integrative review was conducted in the BVS, SciELO, PubMed, and LILACS databases, from 2020 to 2025, using the descriptors "psychotropic drugs," "mental health," "medicalization," and "primary health care," combined using the Boolean operator "AND"; 13 articles were selected for analysis. **Results:** Clinical practice related to the use of psychotropic drugs in mental health requires critical and contextualized review, which considers not only the prescription itself, but also the social, ethical, and structural implications of this care, as well as bringing the patient, the community, the health professional team, and managers into the scenario. **Conclusion:** It is essential to critically revisit the practices of prescribing and managing psychotropic drugs, strengthening non-pharmacological approaches, educational actions, and harm reduction strategies.

Key words: Medicalization. Mental Health. Primary Health Care..

Resumen

Introducción: El uso de psicofármacos ha aumentado desde la década de 1940, consolidándose en el tratamiento de los síntomas psicoafectivos. En Brasil, se observa un alto consumo de psicofármacos. Su uso inapropiado o prolongado puede afectar la salud física y mental. **Objetivo:** Identificar y analizar la producción científica relacionada con el aumento del



uso de psicofármacos en la atención de salud mental en la Atención Primaria de Salud. Metodología: Se realizó una revisión integrativa en las bases de datos BVS, SciELO, PubMed y LILACS, de 2020 a 2025, utilizando los descriptores "psicofármacos", "salud mental", "medicalización" y "atención primaria de salud", combinados mediante el operador booleano "AND"; se seleccionaron 13 artículos para el análisis. Resultados: La práctica clínica relacionada con el uso de psicofármacos en salud mental requiere una revisión crítica y contextualizada, que considere no solo la prescripción en sí, sino también las implicaciones sociales, éticas y estructurales de esta atención, además de incluir al paciente, la comunidad, el equipo de profesionales de la salud y los gestores. Conclusión: Es fundamental revisar críticamente las prácticas de prescripción y gestión de psicofármacos, fortaleciendo los enfoques no farmacológicos, las acciones educativas y las estrategias de reducción de daños.

Palabras clave: Medicalización. Salud mental. Atención primaria de salud.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS), conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica, constitui-se como a principal porta de entrada da população no Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha papel estratégico na coordenação do cuidado, atuando como eixo de comunicação com os demais níveis da rede de atenção. Além disso, desenvolve ações individuais e coletivas de promoção, proteção e prevenção à saúde, bem como ao tratamento, à reabilitação e à redução de danos (Rio Grande do Sul, 2025).

De acordo com o Ministério da Saúde, a Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos equivalentes, de forma a associar a ambas os princípios e as diretrizes definidas. Assim, no documento que se refere à essa política, ou seja, em seu artigo 2º, AB é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada (Brasil, 2017).

Os transtornos mentais são comumente abordados no cotidiano da APS, sendo um grande desafio para os profissionais que nela atuam, pois, a saúde mental representa um campo de grande complexidade, especialmente em razão da elevada magnitude epidemiológica dos transtornos mentais (Salgado, 2021). O cuidado em saúde mental no âmbito da APS encontra-se em processo de consolidação, com o desenvolvimento contínuo de novas estratégias voltadas à identificação, ao tratamento e à integração do cuidado, tanto no Brasil quanto em outros países (Chiaverini, 2011).

A inserção dos cuidados em saúde mental à assistência no cuidado das pessoas com sofrimento psíquico na APS vem desempenhando um papel importante principalmente após a Reforma Psiquiátrica brasileira, a qual defende a reorganização do cuidado em saúde mental, a partir de



serviços de base comunitária, em substituição ao modelo hospitalocêntrico, em consonância com as diretrizes internacionais, conforme ressalta Carvalho (2014). Além disso, a autora aborda que essa perspectiva prioriza a desinstitucionalização, o acompanhamento no território, a atuação de equipes multiprofissionais e o enfrentamento do estigma e do preconceito associados ao sofrimento psíquico.

Em consonância, é visto o aumento do uso de psicofármacos nos atendimentos da Estratégia de Saúde da Família e que por muitas vezes o cuidado em saúde mental fica centrado na medicação, em detrimento de abordagens psicossociais e do reconhecimento do sujeito em sua integralidade. Tal prática contribui para a medicalização do sofrimento psíquico, reduzindo experiências complexas, atravessadas por determinantes sociais, culturais e territoriais às respostas essencialmente farmacológicas, o que pode fragilizar o cuidado longitudinal e a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (Oliveira, 2021).

Diante do contexto da APS percebe-se que existe uma medicalização, onde os indivíduos acreditam que apenas a medicação é capaz de resolver problemas psíquicos, não necessitando de outras medidas como mudança no estilo de vida, acompanhamento psicológico, atividade física, entre outras práticas saudáveis. Nesse sentido, as inquietações disparadoras do presente estudo foram: Quais os possíveis impactos em relação a saúde psíquica e a medicalização no âmbito da atenção primária? O que poderia ser melhorado na saúde mental no que concerne ao uso de psicotrópicos?

Entende-se a relevância da temática, considerando o aumento dos transtornos mentais nos últimos anos e consequentemente o aumento do uso de psicofármacos. A partir do final da década de 1940, surgiram os medicamentos psicofarmacológicos, marcando um avanço significativo em sua utilização. Esses fármacos são empregados principalmente no tratamento de sintomas relacionados a estados psicoafetivos considerados indesejáveis frequentemente classificados como patológicos (Ferreira, 2023).

Ademais, nos últimos anos, o cuidado em saúde mental tem passado por transformações significativas, especialmente entre 2020 e 2025, período marcado pela pandemia de COVID-19, pós pandemia e seus impactos sociais e sanitários. O contexto revelou fragilidades nos serviços de saúde mental, diante das consequências advindas do isolamento social agravando patologias psíquicas, entre outras ordens.

Diante desse cenário, o uso de psicotrópicos no cuidado em saúde mental, considerando as práticas clínicas de prescrição e manejo, os desafios enfrentados por profissionais e usuários, bem como as implicações éticas que envolvem esse processo, especialmente em contextos marcados pela



precarização dos serviços de saúde e pelo enfraquecimento dos vínculos de cuidado, revelam-se como elementos importantes ao objeto de estudo em tela.

Neste sentido, a escolha do tema se deu pelo uso exacerbado e muitas vezes sem critérios clínicos adequados de medicações psicotrópicas na APS. Espera-se com o presente estudo, contribuir para o aprofundamento do debate no campo da saúde mental.

Deste modo, o objetivo central do estudo é identificar e analisar a produção científica relacionada ao aumento do uso de psicotrópicos no cuidado da saúde mental na Atenção Primária à Saúde. Ademais, estão traçados os seguintes objetivos específicos: reconhecer os objetivos, metodologias e principais achados dos estudos pesquisados; identificar e abordar aproximações temáticas para situar o uso dos psicotrópicos, a partir dos estudos mapeados; e verificar e discutir práticas e abordagens de cuidado com o paciente no contexto da saúde mental.

2 MATERIAL E MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma Revisão Integrativa da literatura, que tem como foco, reunir e analisar publicações científicas recentes relacionadas ao uso de psicotrópicos no cuidado à saúde mental. A Revisão Integrativa é um método sistemático que combina abordagens qualitativas e quantitativas; congrega estudos de desenhos e métodos distintos, que possibilita agregar, analisar, avaliar e interpretar dados dispersos na literatura científica, proporcionando uma visão geral das evidências disponíveis das inúmeras áreas de conhecimento (Sousa; Bezerra; Egypto, 2023).

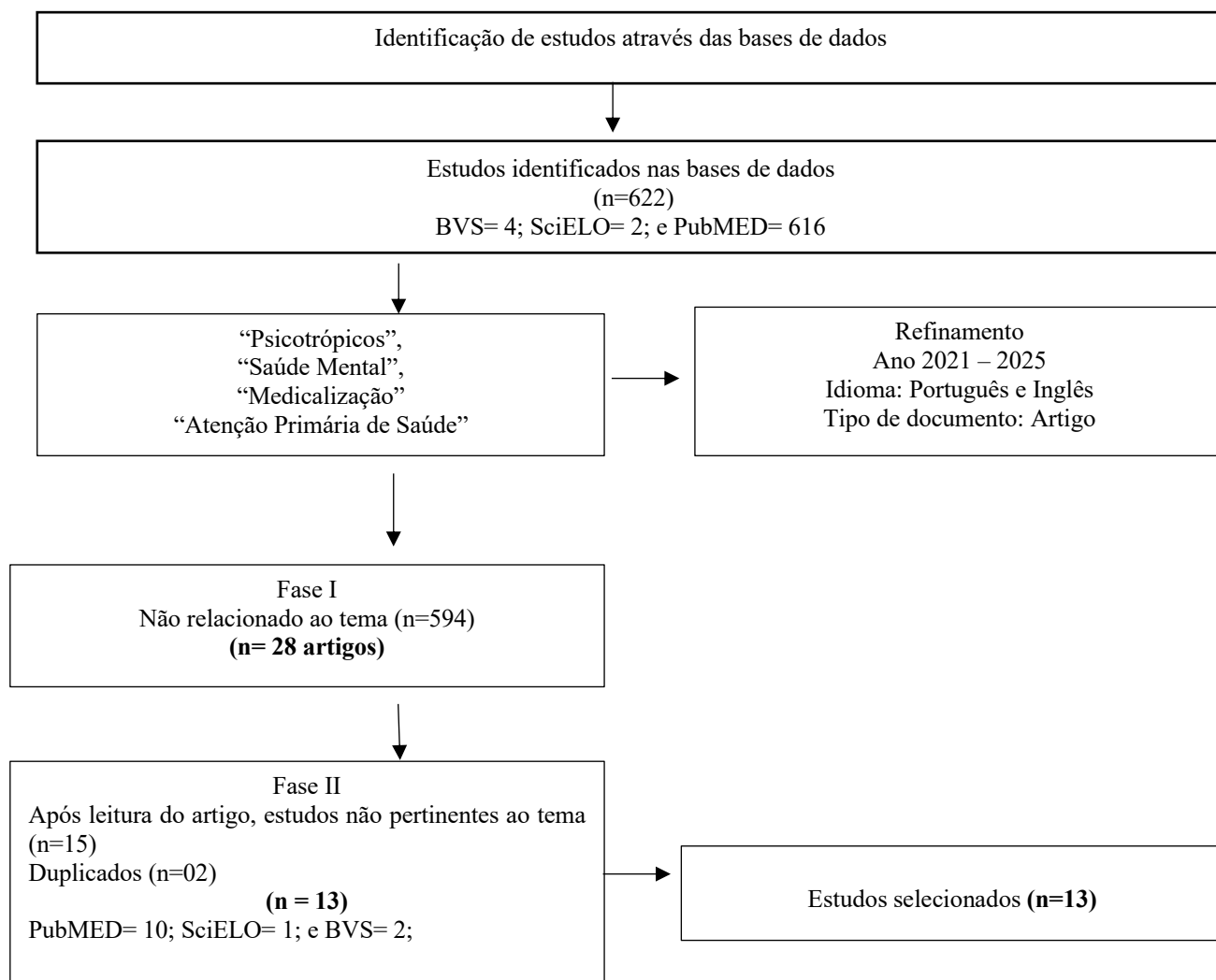
Neste sentido, para a seleção dos estudos, buscou-se realizar o levantamento nas bases de dados BVS, SciELO e PubMed, sendo considerado como recorte temporal, a produção científica relativa ao período compreendido entre os anos de 2021 a 2025. A escolha do levantamento dos dados nas referidas bases se deu pelo motivo de ser pelo fácil acesso; e, em relação ao recorte temporal, se deu pelos seguintes motivos: publicação dos últimos cinco anos e por reconhecer que após o período de pandemia de COVID-19 a temática de saúde mental vem sendo mais estudada com olhar científico.

Para a referida busca, foram utilizados os seguintes descritores: “psicotrópicos” /” psychotropics”, “saúde mental” /” mental health”, “medicalização” / “*medicalization*” e “atenção primária de saúde” /” primary health care” combinados por meio do operador booleano “AND”. A amostra foi constituída por artigos científicos, disponibilizados nos idiomas Português e/ou Inglês.

A seleção dos estudos seguiu três etapas. Inicialmente, foi feita a leitura dos títulos e resumos para identificação dos trabalhos que se configuravam uma aproximação com as inquietações do presente trabalho e que estivesse relacionado com o tema. Em seguida, foi realizada uma leitura cautelosa dos artigos pré-selecionados para definição da amostra, para verificar se havia realmente pertinência ao tema, e assim iniciar o levantamento dos dados e, por conseguinte, sua análise. A fase de busca e coleta de dados, para a definição da amostra, se deu no período de 01 de outubro até o dia 28 de dezembro de 2025, às 20:00 horas.

Na Figura 1 apresenta-se o fluxograma da metodologia empregada na elaboração dessa revisão, destacando as etapas que foram realizadas para compor a unidade amostral.

Figura 1. Fluxograma da Revisão Integrativa



Fonte: Elaborado pela autora (2026)



Assim sendo, 13 artigos científicos compuseram a unidade amostral, uma vez que 609 estudos não atenderam aos critérios de inclusão da amostra. Cabe-se ressaltar que 02 artigos estavam duplicados, os quais foram detectados na fase II.

Para a coleta de dados, foram adotados procedimentos sistemáticos, oriundos de uma leitura exaustiva na íntegra dos artigos selecionados, sendo possível identificação das ideias principais e secundárias, fichamento de autores e citações e sistematização das abordagens que apresentavam aproximações e distanciamentos das questões abordadas frente ao tema do uso de psicotrópicos na APS, com base nos estudos pesquisados.

Para a análise dos dados, tomou-se como base uma abordagem quanti-qualitativa. Numa abordagem de metodologia qualitativa, segundo Minayo et al. (2002, p. 24), “a preocupação está voltada em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que por sua vez são depositárias de crenças, valores e atitudes”. No pensamento de Guerra et al. (2024), a pesquisa qualitativa é uma abordagem essencial na investigação científica, que se concentra na compreensão profunda e interpretação dos fenômenos estudados, explorando a complexidade e riqueza dos contextos sociais, culturais e individuais. Ademais, conforme mencionado anteriormente, para a análise e discussão dos dados neste estudo, associou-se a uma perspectiva quantitativa.

Sabe-se que as pesquisas quantitativas são indicadas para responder a questionamentos que passam por conhecer o grau e a abrangência de determinados traços em uma população, esta também é uma forma de estar sensível aos problemas sociais (Pereira; Ortigão, 2016). Para Kauark et al. (2010), a pesquisa quantitativa procura traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las por meio de recursos técnicos de estatística, lidando com fatos observáveis sistematicamente no objeto de estudo.

3 RESULTADOS

Com base na Revisão Integrativa, para visualização dos objetivos, metodologias, autores mais citados e principais achados dos estudos pesquisados, apresenta-se o Quadro 01 que possibilita um panorama geral dos dados coletados.

Quadro 01: Estudos pesquisados de acordo com título, objetivos, metodologia, autores mais citados e principais achados.

AUTORES / ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS ACHADOS
Archer et al. (2022)	Aumento da prescrição de medicamentos para ansiedade na atenção primária do Reino Unido entre 2003 e 2018: um estudo de coorte baseado na população utilizando o Clinical Practice Research Datalink.	Trata-se de um estudo de coorte retrospectivo, baseado na população, que utilizou dados do Clinical Practice Research Datalink (CPRD) do Reino Unido. Foram incluídos registros de pacientes atendidos na atenção primária entre 2003 e 2018, analisando tendências temporais na prescrição de medicamentos para ansiedade. As taxas de prescrição foram avaliadas ao longo do tempo, estratificadas por características demográficas (como idade e sexo) e clínicas, permitindo estimar mudanças nos padrões de prescrição na atenção primária britânica. Modelos de regressão de Poisson univariados foram utilizados para examinar as associações entre ano, idade, sexo e prevalência/incidência do(s) medicamento(s) de interesse.	O recente aumento na prescrição de medicamentos, especialmente em adultos jovens, pode refletir uma melhor detecção da ansiedade, uma maior aceitação da medicação ou uma necessidade não atendida anteriormente. No entanto, algumas prescrições não se baseiam em evidências robustas de eficácia, podem contradizer as diretrizes e há evidências limitadas sobre o impacto geral associado ao uso prolongado de antidepressivos.
Eshriqui et al. (2025)	Efeito de uma intervenção na organização da atenção primária em saúde mental no Brasil: um estudo baseado em indicadores de processo de rotina.	Estudo quase-experimental avaliou o efeito do projeto “Atenção à Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde (APS)” (SMAPS), observando sua implementação em municípios selecionados e comparando os resultados com municípios de controle que apresentavam características semelhantes. A amostra foi composta por 18 unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) em 14 municípios, localizados em um dos três estados brasileiros que aderiram ao SMAPS, e alocadas em um dos dois grupos: controle e intervenção (2:1). Os dados secundários foram coletados em dois momentos, utilizando o mesmo instrumento para sistematizar a obtenção de dados agregados, extraídos de relatórios gerenciais das unidades de APS ou das secretarias municipais. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, em nível de unidade de APS ou município.	O estudo promove a qualificação de práticas para o registro e monitoramento de indicadores na APS, contribuindo para o fortalecimento das ações de atenção à saúde mental e para o cuidado integral de outras condições de saúde. Enfatiza a necessidade de aprimorar a qualidade do registro de dados de saúde nas rotinas de trabalho da APS, permitindo o monitoramento de indicadores de assistência em saúde mental na APS.
Filardi et al. (2021)	Medicalização da vida nas práticas vinculadas à estratégia saúde da família	Estudo exploratório com médicos da Atenção Primária à Saúde, selecionados por amostragem intencional. Coleta de dados realizada por entrevistas semiestruturadas. Análise dos dados baseada no método arqueológico de Michel Foucault, enfocando práticas discursivas sobre o uso de psicotrópicos e abordagens não farmacológicas.	A população busca a ajuda dos médicos da Atenção Primária à saúde e, segundo os profissionais entrevistados, aceita principalmente os psicotrópicos como solução para os seus problemas cotidianos geradores de sofrimento psíquico, sendo que a aceitação das abordagens não farmacológicas é muitíssimo menos frequente e pouco valorizada. A prescrição de psicotrópicos é também apresentada pelos entrevistados como a terapêutica mais disponível para o alívio dos sintomas. Entretanto, constatou-se, pelas entrevistas realizadas, pela consulta a resultados de outras pesquisas e pela revisão teórica, que o uso massivo e crônico desses fármacos é ele próprio um sintoma de uma série



			de problemas estruturais da sociedade e de limitações das políticas públicas. A medicalização da vida torna-se uma prática naturalizada, movimento típico das sociedades ocidentais modernas, e acontece na medida em que é priorizado o alívio dos sintomas, através de uma dissociação entre corpo, mente e condições de vida e de saúde mental. Evidenciou-se que o esgotamento do modelo biomédico vigente como saber/poder único ou prioritário, e a necessidade reconhecida de novas intervenções psicossociais, culturais e políticas que possam promover a reversão do processo de medicalização.
Fu et al. (2024)	Impacto das pandemias nos cuidados primários de saúde: alterações nas prescrições de antidepressivos por médicos de clínica geral e nos encaminhamentos para saúde mental durante os confinamentos na Inglaterra e no Reino Unido.	Estudo retrospectivo sendo obtidos dos registros eletrônicos de pacientes (REPs) da atenção primária local, que contêm dados anonimizados coletados rotineiramente em nível de paciente das sete clínicas de medicina geral identificadas na região NENC (região Nordeste e Norte da Cúmbria), na Inglaterra, Reino Unido. O estudo incluiu pacientes cadastrados, com idades entre 17 e 105 anos, diagnosticados com ansiedade e depressão antes de 23 de março de 2019, garantindo uma coorte consistente para avaliar o impacto do lockdown. relacionados à pandemia de COVID-19 afetaram as prescrições de antidepressivos e os encaminhamentos para serviços de saúde mental. Quanto às variáveis de exposição, foram definidas pelos períodos de confinamento de COVID-19 na Inglaterra e as principais covariáveis foram: fatores demográficos, condições de saúde física, condições de saúde mental e local. A análise de dados se deu com uso da estatística.	Os resultados sublinham a necessidade de intervenções e diretrizes direcionadas para garantir o acesso equitativo a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos adequados para a saúde mental em diversos grupos étnicos. O fortalecimento das parcerias entre os cuidados primários, os serviços de saúde mental e as organizações comunitárias será fundamental para o desenvolvimento de apoio à saúde mental culturalmente sensível e acessível. É também necessário priorizar o combate a barreiras como o estigma da saúde mental, as limitações de capacidade e as lacunas de conhecimento nas comunidades de minorias étnicas. Ao adotar uma abordagem holística e com envolvimento da comunidade, os sistemas de saúde podem trabalhar para reduzir as desigualdades históricas na prestação de serviços de saúde mental e melhorar a saúde mental e o bem-estar de todos.
Huang et al. (2025)	Consumo de medicamentos psicotrópicos antes e depois do início da pandemia de COVID-19 em 91 países e regiões: uma análise de séries temporais.	Este estudo utilizou dados de vendas de medicamentos psicotrópicos em nível nacional, entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2023, de 91 países e regiões, provenientes do Sistema Integrado de Análise de Dados Multinacional da IQVIA. As variações médias anuais relativas foram avaliadas para os períodos de 2017-2019 e 2020-2022, tanto no geral quanto em classes de medicamentos e grupos de renda específicos. Os efeitos de curto e longo prazo da pandemia sobre as vendas de medicamentos	O consumo global de medicamentos psicotrópicos aumentou após o início da pandemia de COVID-19. Durante a pandemia, as taxas de consumo em países de baixa e média renda (PBMR) e em países de média renda (PMR) pareceram diminuir. Os efeitos da pandemia sobre o consumo



		psicotrópicos foram examinados por meio de análises de séries temporais interrompidas, utilizando dados trimestrais, realizadas para cada país e no nível geral.	de medicamentos psicotrópicos variaram em nível nacional. O potencial acúmulo de estoques durante os estágios iniciais da pandemia em muitos países de alta renda (PAR) é um fator contribuinte. Estratégias para uma distribuição equitativa de medicamentos psicotrópicos são necessárias para melhorar o gerenciamento da saúde mental global, com um mecanismo de conscientização para proteger contra futuras crises globais de saúde.
Jerjes et al. (2024)	Polifarmácia em saúde mental em pacientes de atenção primária "não codificados": o efeito da desprescrição.	Este projeto prospectivo de desprescrição incluiu 68 pacientes e empregou um modelo inspirado no ciclo PDSA (Planejar-Executar-Estudar-Agir), com foco na redução de medicamentos psicotrópicos, adjuvantes e potencializadores, enquanto monitorava o controle da saúde mental por meio de consultas presenciais utilizando os escores do Questionário de Saúde do Paciente-9 (PHQ-9) e da Escala de Avaliação do Transtorno de Ansiedade Generalizada-7 (GAD-7), juntamente com parâmetros de saúde física.	Este projeto demonstra o potencial para melhorias significativas no manejo da polifarmácia em saúde mental. Ao gerenciar cuidadosamente a redução da medicação e empregar uma abordagem de cuidado abrangente, incluindo educação do paciente e treinamento clínico, o projeto alcançou melhorias nos resultados de saúde mental e física. Essas descobertas sugerem uma direção promissora para futuras práticas no manejo da polifarmácia em saúde mental. Além disso, as melhorias indicam uma estratégia de tratamento holística que vai além do simples manejo medicamentoso, abrangendo modificações no estilo de vida e educação do paciente.
Leeuwen et al. (2024)	Barreiras e facilitadores para a descontinuação do uso de antidepressivos entre profissionais de saúde: uma revisão sistemática e síntese temática.	Estudo de revisão sistemática com síntese temática. As buscas foram realizadas nas bases de dados: MEDLINE (OvidSP), PubMed, Embase (OvidSP), PsycINFO (EBSCOhost), CINAHL (EBSCOhost), AMED (EBSCOhost), Health Management Information Consortium e a Networked Digital Library of Theses and Dissertations.. Foram incluídos estudos primários que: utilizaram coleta e análise de dados qualitativos, incluindo componentes qualitativos de estudos de métodos mistos; e os que apresentaram dados, independentemente dos objetivos do estudo, sobre atitudes, crenças, sentimentos e percepções de profissionais de saúde (PS) em relação à continuidade ou à descontinuação do uso de antidepressivos (AD), com foco particular nas barreiras e nos facilitadores para a descontinuação. Não foi restringido o tipo de profissional de saúde nem o contexto de atuação. Para a seleção dos estudos, uma pesquisadora realizou a triagem de todos os títulos e resumos identificados nas buscas, de acordo com os critérios de inclusão. Uma segunda pesquisadora realizou a triagem de uma amostra (50%) dos títulos e resumos. Os textos completos foram obtidos para todos os títulos e resumos que aparentavam	A desprescrição de antidepressivos (AD) de uso prolongado é um conceito desafiador para os profissionais de saúde (PS). Esta revisão encontrou evidências de que as barreiras superam amplamente os facilitadores, sendo o medo de recaída a principal barreira identificada entre os PS. A educação dos profissionais de saúde, bem como estratégias de tranquilização e fortalecimento da confiança, são fundamentais para melhorar a iniciativa de iniciar discussões sobre a descontinuação dos AD.



		atender aos critérios de inclusão ou em casos de incerteza. Em seguida, duas pesquisadoras avaliaram de forma independente se os textos completos atendiam aos critérios de inclusão. Quaisquer discordâncias foram resolvidas por meio de discussão. A extração dos dados foi realizada em um formulário padronizado criado no Excel, sendo incluídos: contexto da pesquisa, objetivos do estudo, referencial teórico, abordagem de amostragem, características dos participantes, métodos de coleta de dados, abordagem de análise dos dados e principais achados.	
Molck et al. (2021)	Psicotrópicos e Atenção Primária à Saúde: a subordinação da produção de cuidado à medicalização no contexto da Saúde da Família	Estudo qualitativo, selecionou-se uma USF como cenário da investigação. Utilizou-se a amostragem intencional para seleção dos participantes, elencando os seguintes critérios de inclusão: 1) residir na área de abrangência por pelo menos cinco anos; 2) utilizar antidepressivo, benzodiazepínico, ou ambos, por ao menos cinco anos e prescrito pelo médico generalista da USF; 3) não realizar, durante o período de coleta de dados, acompanhamento psiquiátrico no âmbito público ou particular; 4) não possuir diagnóstico psiquiátrico; e 5) não possuir repercussões cognitivas que inviabilizem a participação na coleta de dados. Foram considerados critérios de exclusão: idade menor de dezoito anos e utilização de psicotrópicos devido a causas orgânicas. Utilizou-se a entrevista semiestruturada tendo como base um roteiro para coleta de dados composto de duas partes: um questionário sociodemográfico e clínico com questões fechadas, com o objetivo de levantar informações para caracterização da amostra, e em seguida uma questão norteadora: “Como tem sido sua experiência de vida a partir do momento em que iniciou seu tratamento com uso de medicações psicotrópicas/ansiolíticas?”. Fundamentou-se no referencial autobiográfico e na narrativa do sujeito permitindo ao participante expor sua experiência em torno do objeto de estudo estabelecido. A análise dos dados foi pautada no pensamento hermenêutico-dialético.	A análise dos discursos possibilitou vislumbrar a incorporação da medicalização nas concepções de vida e de sofrimento dos usuários no contexto da ESF, perspectiva que vai ao encontro da medicalização social e tem subsídio no modelo biomédico que subordina o processo de trabalho da APS. Os resultados revelam um processo de medicalização da vida vinculado a um modelo de Atenção à Saúde biologicista, centrado na figura do médico, na prescrição medicamentosa e desresponsabilizada de questões políticas e sociais do território, deslocando sua responsabilidade para fatores individuais.
Muench et al. (2022)	Padrões de prescrição em áreas rurais e urbanas por profissionais de atenção primária e saúde mental em idosos com transtornos mentais graves.	Análise descritiva retrospectiva que utilizou dados do Medicare de 2018 para identificar indivíduos com diagnóstico de transtorno bipolar, depressão maior, esquizofrenia ou psicose e examinou as prescrições de medicamentos ansiolíticos, antidepressivos, antipsicóticos, hipnóticos e anticonvulsivantes. Estatísticas descritivas resumiram a porcentagem de medicamentos prescritos por médicos de atenção primária e profissionais de saúde comportamental, estratificada por áreas rurais e urbanas e por classe terapêutica. Análises adicionais compararam os padrões de prescrição psiquiátrica por médicos, enfermeiros de prática avançada (APRNs) e assistentes médicos (PAs).	Foram notados métodos como a obtenção da biografia, a realização de visitas residenciais e a dificuldade da família em se envolver no tratamento. Em suma, ficou claro que era necessário capacitar as equipes sobre as questões relacionadas aos transtornos mentais, a criação de vínculos e a Atenção Básica.
Ngune et al. (2024)	Saúde física de pessoas com doenças mentais: um panorama do envolvimento do consumidor na prestação de cuidados na atenção primária.	Os participantes recrutados para este estudo transversal faziam parte de uma coorte maior de participantes inscritos em um estudo que examinou os resultados de saúde física de pessoas com doenças mentais. Todos os participantes do estudo principal foram acompanhados durante 1 ano, e os dados para este estudo foram coletados ao final dos 12 meses. Todos os 170 participantes foram convidados a participar da pesquisa e 100 responderam. As perguntas da pesquisa foram adaptadas da literatura existente sobre exames de saúde	Este estudo demonstra que os participantes consideraram os cuidados primários importantes para a gestão da sua saúde mental. No entanto, é necessário implementar diversas medidas para apoiar a realização de exames de saúde física e estratégias para reduzir o tabagismo. Para os autores é

		física obrigatórios na Austrália, efeitos colaterais típicos de medicamentos antipsicóticos e questões gerais de satisfação com os cuidados primários. As perguntas sobre satisfação tinham uma escala de 1 = discordo totalmente a 4 = concordo totalmente, e os exames de saúde física exigiam respostas binárias (sim = 1 e não = 0). As variáveis demográficas foram exploradas utilizando frequências, médias, desvio padrão e teste qui-quadrado.	fundamental fortalecer os sistemas existentes para melhorar a coordenação dos cuidados entre os serviços de saúde mental e a medicina geral, de forma a otimizar o acompanhamento da saúde física de pessoas com doenças mentais.
Pereira et al. (2021)	Medicalização do viver entre usuárias de psicotrópicos na atenção básica	Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa desenvolvido na perspectiva teórico-metodológica da Fenomenologia-hermenêutica a partir da compreensão das Ciências Sociais e seus estudos sobre a experiência do adoecimento das pessoas. Para seleção dos interlocutores foi realizada análise documental dos prontuários, a fim de identificar usuários que faziam uso de psicotrópicos por um período igual ou superior a um ano, e com idade igual ou superior a 18 anos. Foi realizada entrevista gravada a partir de um roteiro preestabelecido e duraram entre 11 e 40 minutos, com média de 25 minutos cada, utilizando a técnica da história de vida para auxiliar a abordagem teórico-metodológica adotada. As entrevistas foram conduzidas a partir das seguintes questões: 1) o início do uso da medicação; 2) como têm sido as consultas e sua participação na discussão do uso da medicação; 3) se tem conhecimento dos efeitos colaterais e como os tem sentido; 4) tentativa de desmame da medicação, a necessidade do uso e como esta tem feito parte de sua rotina de vida. Das entrevistas emergiram narrativas que foram analisadas a partir da técnica de codificação temática.	As práticas medicalizantes refletem uma fragilidade na construção de espaços de matriciamento e de educação permanente que favoreçam a construção de linhas de cuidado pautadas nas necessidades de saúde das pessoas e singularidades e potencialidades do viver humano, focadas nos diálogos gerados nos encontros entre profissional/usuário. Ressalta-se ainda que a importância da qualificação dos serviços da Atenção Básica, que possuem como uma de suas atribuições a realização de espaços de discussão de casos e construção de Projetos Terapêuticos Singulares com proposta pautada na perspectiva da Clínica Ampliada e na participação ativa dos usuários em sua construção, enfatizando o diálogo, acolhimento, e outras tecnologias leves.
Pillai et al. (2021)	Prescrições de antidepressivos e adesão ao tratamento na atenção primária na Índia: percepções de um ensaio clínico randomizado por conglomerados.	Estudo secundário de um ensaio clínico randomizado por conglomerados (MANAS), conduzido em 24 clínicas de atenção primária em Goa, Índia. Aqueles com triagem positiva para transtornos mentais comuns foram elegíveis para participar do estudo. Os médicos das 12 clínicas de intervenção e das 12 clínicas de controle (cuidados usuais) tinham liberdade para prescrever antidepressivos, e entrevistas de acompanhamento foram realizadas aos 2, 6 e 12 meses. Os resultados da triagem foram compartilhados com o médico, mas este desconhecia o diagnóstico gerado posteriormente por meio de uma entrevista diagnóstica padronizada, aplicada por um profissional de saúde. Foram classificados esses diagnósticos posteriores como “depressão moderada/grave”, “depressão leve ou diagnóstico de ausência de depressão” e “sem diagnóstico”. Utilizou-se um modelo de regressão logística hierárquica de dois níveis para examinar os fatores diagnósticos e outros associados à prescrição de antidepressivos e à adesão ao tratamento após um mês.	O estudo identificou alta prescrição de antidepressivos na atenção primária em um país de renda média, porém com baixa adesão ao tratamento. Observou-se inadequação entre diagnóstico e prescrição, com subprescrição em casos moderados a graves e superprescrição em transtornos leves, mesmo quando há alternativas não farmacológicas. Os achados ressaltam a necessidade de estratégias na atenção primária para reduzir prescrições desnecessárias, direcionar o uso de antidepressivos a pacientes que realmente se beneficiam e melhorar a adesão ao tratamento.
Woodall et al. (2024)	Gestão de antipsicóticos na atenção primária: Perspectivas de profissionais de saúde e	Trata-se de um estudo qualitativo, conduzido no Reino Unido, que explorou as perspectivas de profissionais de saúde da atenção primária e formuladores de políticas sobre a gestão de antipsicóticos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, envolvendo médicos de clínica geral, outros	O uso crescente de antipsicóticos apresenta risco de manejo inadequado, especialmente devido ao cuidado fragmentado, dificultando a prevenção de



	formuladores de políticas no Reino Unido	profissionais de saúde e atores envolvidos na formulação de políticas. A análise dos dados foi realizada por Análise Temática Indutiva (ATI).	doenças cardiometabólicas. O medo de censura profissional surge como barreira à desprescrição de antipsicóticos enquanto a melhoria do cuidado integrado exige mudanças locais e ações em nível nacional, incluindo ampliação de alternativas não farmacológicas e fortalecimento das competências profissionais e exigem lideranças por parte dos interessados e políticos para melhorar o cuidado ao paciente.
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O estudo de Pillai et al. (2021) aponta para a questão da prescrição de antidepressivos na atenção primária no contexto em um país de renda média e a baixa adesão ao tratamento. No delineamento do estudo, foi apontado questões relativas ao diagnóstico, prescrição, subprescrição e superprescrição, fazendo relação em casos moderados a graves e a transtornos leves, bem como exploram a prescrição desnecessária de antidepressivos e sinaliza um olhar para outras alternativas não farmacológicas.

O estudo de natureza descritiva retrospectiva de Muench et al. (2022) referência o papel do médico e enfermeiros de prática avançada na sistematização dos psicofármacos com foco em idosos com transtornos mentais graves. Na pesquisa de Archer et al. (2022) caracterizada como estudo de coorte retrospectivo, enfatiza o aumento de prescrições, sendo mais acentuada em adultos jovens, a qual pode ter relação com a ampliação da identificação dos transtornos de ansiedade, à maior aceitabilidade do tratamento medicamentoso ou a resposta às demandas assistenciais previamente não atendidas. Atenta-se que há necessidades de evidências científicas mais robustas acerca das prescrições de antidepressivos de uso prolongado.

Jerjes et al. (2024) trazem à tona a discussão da polifarmácia em saúde mental sob o prisma da gestão na redução da medicação e com o emprego de um cuidado abrangente, que inclua a educação do paciente, treinamento clínico, fazendo relação entre saúde física e mental, sendo concebido para além do manejo medicamentoso; indicando uma estratégia de tratamento holística, bem como englobando modificações no estilo de vida do paciente.

Ngune et al. (2024), com o intuito de avaliar as experiências dos participantes com atenção primária e sua percepção do atendimento recebido nesse nível de cuidado, apresenta os cuidados primários para gestão da saúde mental, evidenciando a importância da implementação de medidas para apoiar a realização de exames de saúde física e estratégias para reduzir o tabagismo. Por outro



lado, os mesmos reforçam a necessidade do fortalecimento da coordenação dos cuidados entre os serviços de saúde mental e a medicina geral.

A revisão sistemática de Leeuwen et al. (2024) ressalta a desprescrição de antidepressivos de uso prolongado, visto como um desafio para os profissionais de saúde. Dentre os resultados obtidos, foram destacados que as barreiras superam amplamente os facilitadores, sendo o medo da recaída considerado a principal barreira identificada entre os profissionais da saúde. Trata ainda que a educação dos profissionais de saúde, estratégias de tranquilização e fortalecimento da confiança são fundamentais para descontinuação de antidepressivo.

O estudo retrospectivo de Fu et al. (2024) evidencia a necessidade de intervenções e diretrizes voltadas para garantia do acesso equitativo a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos condizentes para saúde mental em diversos grupos étnicos. Relatam também a necessidade de fortalecer parcerias entre os cuidados primários, os serviços de saúde mental e as organizações comunitárias, como também valorizar o combate aos estigmas/preconceitos relacionados à saúde mental e ainda, ressalta a importância de uma abordagem holística e o envolvimento da comunidade para a redução das desigualdades históricas na prestação de serviços de saúde mental.

Na pesquisa qualitativa realizada no Reino Unido, conduzida por Woodall et al. (2024) em seus achados, identificam que o uso crescente de antipsicóticos traz risco de manejo inadequado, justificando ao cuidado fragmentado que dificulta a prevenção de doenças cardiometabólicas. Outrossim, enfatiza que o medo de censura profissional surge como barreira à desprescrição de antipsicóticos, por outro lado, atenta-se para a melhoria do cuidado integrado ao paciente, com ampliação de medidas não farmacológicas e fortalecimento das competências profissionais.

Baseado no estudo quase experimental Eshiqui et al. (2025), reconheceu-se o enaltecimento da qualificação de práticas para o registro e monitoramento de indicadores na APS, com vistas ao fortalecimento das ações de atenção à saúde mental.

Huang et al. (2025) investigaram acerca do consumo global de psicotrópicos no contexto de COVID-19. Em linhas gerais, foram constatados que os efeitos da pandemia sobre o consumo de medicamentos psicotrópicos variaram e recomendam que sejam adotadas estratégias para uma distribuição equitativa de psicofármacos para melhorias no gerenciamento da saúde mental global e proteção contra futuras crises na saúde.

O estudo exploratório com médicos da APS realizado por Filardi et al. (2021) observou que na APS a população tende a aceitar os psicotrópicos como principal resposta ao sofrimento psíquico,

enquanto as abordagens não farmacológicas são pouco valorizadas. Segundo os profissionais, esses medicamentos constituem a terapêutica mais disponível para o alívio dos sintomas. Entretanto, o uso amplo e prolongado de psicotrópicos revela problemas estruturais e fragilidades das políticas públicas, expressando a naturalização da medicalização da vida. Esse cenário evidencia os limites do modelo biomédico hegemônico e aponta para a necessidade de ampliar intervenções psicossociais, culturais e políticas.

Segundo Pereira et al. (2021) as práticas medicalizantes evidenciam fragilidades na consolidação de espaços de matriciamento e de educação permanente, dificultando a construção de linhas de cuidado centradas nas necessidades e singularidades dos usuários. Destaca-se, nesse contexto, a importância da qualificação da Atenção Básica, com fortalecimento de espaços de discussão de casos e elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares, orientados pela Clínica Ampliada, pela participação ativa dos usuários e pelo uso de tecnologias leves, como o diálogo e o acolhimento.

O estudo qualitativo realizado por Molck et al. (2021) analisa os discursos enfatizando a incorporação da medicamentação nas concepções de vida e de sofrimento dos usuários da Estratégia de Saúde da Família, alinhada ao processo de medicalização social e sustentada pelo modelo biomédico que orienta o trabalho na APS. Os resultados apontam para um modelo de atenção biologicista, centrado na figura do médico e na prescrição medicamentosa, que desconsidera os determinantes políticos e sociais do território ao deslocar o sofrimento para a esfera individual.

4 DISCUSSÃO

O aumento exponencial do uso de psicotrópicos é amplamente visto no contexto de atendimento na APS, onde muitas vezes os pacientes não apresentam critérios clínicos para iniciar ou manter esses psicofármacos. Além disso, percebe-se uma fragilidade no cuidado da saúde mental nesse cenário, onde muitas pessoas vão na ESF apenas para renovação de medicação, não realizando consultas ou acompanhamentos contínuos para avaliar a permanência dos referidos medicamentos.

De acordo com Huang et al. (2025, p.27), “o consumo de medicações psicotrópicas aumentou globalmente após o início da pandemia de COVID- 19“. Assim sendo, diferentes estudos sinalizam diversos aspectos ligados à saúde mental relacionando-a antes, durante e após a pandemia.



O uso de psicotrópicos no cuidado em saúde mental se apresenta como um fenômeno multifacetado, refletindo tanto dimensões individuais, coletivas, quanto estruturais. Estudos enfatizam que a prescrição medicamentosa muitas vezes ocorre em contextos de medicalização da vida, nos quais o sofrimento cotidiano, o estresse social e desafios psíquicos são tratados prioritariamente com medicamentos (Bru, 2024; Molck et al., 2021). Outros trabalhos destacam que, embora os psicotrópicos possam oferecer alívio inicial, a continuidade do uso nem sempre é justificada pelos benefícios percebidos, evidenciando-se uma lacuna entre a prescrição clínica e a experiência real dos usuários. Essa convergência sugere que, apesar de diferentes enfoques metodológicos, há consenso sobre a centralidade do modelo biomédico e a naturalização do uso crônico de psicotrópicos (Filiardi et al., 2021). Constatou-se também na ótica de Molck et al. (2021) ainda que perpassa esse modelo de atenção biologicista, em que está centrado no médico e na prescrição medicamentosa.

No estudo de Pillai et al. (2021) foi encontrado um ligeiro aumento da porcentagem de prescrições de antidepressivos para mulheres comparado aos homens e um aumento constante nas prescrições destas medicações com aumento da idade. No entanto, Archer et al. (2022) observaram um aumento de uso de antidepressivos para ansiedade, principalmente em adultos jovens. Além disso, evidenciaram que a prevalência e incidência de prescrições entre mulheres foram quase duas vezes maiores do que entre homens para ansiolíticos e para a maioria das classes de medicamentos, com exceção dos antipsicóticos. Na mesma vertente, Molck et al. (2021) apontam que estudos desenvolvidos no âmbito da APS corroboram a maior prevalência do uso de psicotrópicos entre mulheres de baixa renda e escolaridade, que desempenham atividades laborais no domicílio e apresentam doenças crônicas.

Ao aprofundar a análise das experiências dos usuários, observa-se que relatos de dependência, medo da suspensão da medicação e adaptação emocional às dificuldades da vida cotidiana são recorrentes (Pereira et al., 2021). Por outro lado, de acordo com Woodall et al. (2024, p. 31), “os pacientes permanecem em uso de medicamentos antipsicóticos devido ao medo de censura por parte dos profissionais de saúde caso os suspendam e ocorra um evento catastrófico subsequente”.

A discussão sobre intervenções não farmacológicas também revela nuances importantes. Pesquisas indicam que tais abordagens são reconhecidas como eficazes, mas sua implementação ainda é limitada, pouca valorizada (Filiardi et al., 2021; Zen 2024). Os estudos de Woodall et al. (2024), bem como o de Pillai et al. (2021) sugerem a ampliação do uso de outras alternativas não



farmacológicas para o tratamento da saúde mental. Outros autores reforçam que a falta de preparo dos profissionais e a fragmentação do cuidado mantêm o predomínio do modelo biomédico (Filiardi et al., 2021; Cruz, 2021).

Baseando-se nos pesquisadores Jerjes et al. (2024) e Fu et al. (2024) verificou-se a importância de uma abordagem holística no trato da saúde mental, corroborando com a concepção de ser uma das alternativas promissoras para a questão atrelada ao uso de medicamentos e, ainda, possibilitando mudança no estilo de vida das pessoas, por conseguinte, a melhoria da saúde física, mental e bem estar.

O modelo biomédico caracteriza-se pela fragmentação do cuidado, pela centralidade no profissional médico e pelo distanciamento do cuidado compartilhado com o usuário. Esse cenário tende a priorizar intervenções farmacológicas e a reduzir a complexidade do processo saúde-doença, o que se mostra especialmente limitante no campo da saúde mental, que demanda abordagens integrais, interdisciplinares, práticas interprofissionais e centradas na singularidade do sujeito, para além do uso exclusivo de medicamentos.

Dialogando com os estudos pesquisados, evidencia-se que, embora haja consenso quanto à eficácia das estratégias não farmacológicas, ainda persistem barreiras institucionais e estruturais significativas que impedem sua adoção. Cabe ressaltar que em vários estudos foi identificada a preocupação com a formação dos profissionais e desenvolvimento de competências relacionadas ao cuidado na saúde mental, para que os mesmos consigam desempenhar com excelência as funções para quais foram destinados. Nessa perspectiva, enfatiza-se a importância do fortalecimento da vertente voltada para uma perspectiva de clínica ampliada do cuidado, conforme sinalizam os estudiosos Filiardi et al. (2021) e Pereira et al. (2021).

Conforme Eshriqui et al. (2025) um dos principais desafios para a efetivação do cuidado em saúde mental é a superação do modelo clínico fragmentado, com a adoção de uma abordagem multidisciplinar orientada ao cuidado integral. A partir dos estudos pesquisados, constatou-se que a medicalização não é apenas uma escolha clínica, mas um fenômeno social complexo, sustentado por fatores culturais, estruturais, políticos e profissionais. Do mesmo modo, os autores reforçam a necessidade premente de fortalecer e qualificar a cultura de registro, monitoramento e avaliação dos indicadores de atenção à saúde mental, de modo a produzir evidências científicas que subsidiem a tomada de decisões alinhadas às necessidades da população.



Nesse contexto, a prescrição de psicotrópicos, quando não acompanhada de práticas integrativas, pode comprometer a autonomia do usuário e intensificar a dependência medicamentosa. Ao mesmo tempo, os estudos sugerem caminhos para mitigação: a integração de abordagens psicossociais, culturais e comunitárias, a construção de vínculos sólidos de cuidado, o fortalecimento da Atenção Básica, a implementação de estratégias de redução de danos, bem como acolhimento, escuta qualificada, trabalhos de educação em saúde e orientação, incentivo a outras práticas integrativas complementares em saúde, construção de Projetos Terapêuticos Singulares, entre outros. No entendimento de Pereira et al. (2021), é importante o protagonismo do paciente, é necessário trazê-lo para o diálogo na atenção à saúde e realizar o devido acolhimento.

Portanto, os resultados indicam que a prática clínica relacionada ao uso de psicotrópicos na saúde mental exige revisão crítica e contextualizada, que considere não apenas a prescrição em si, mas também as implicações sociais, éticas e estruturais desse cuidado, bem como trazer para o cenário, a comunidade, gestores e equipe de profissionais de saúde. Com base no presente estudo, viu-se que, para reduzir a medicalização excessiva, é necessário combinar manejo responsável da medicação com estratégias de cuidado integral, alinhadas às necessidades reais dos usuários e ao fortalecimento das políticas públicas de saúde mental, embora as políticas públicas foram pouca referenciadas nos estudos pesquisados.

Considerando o princípio da equidade previsto no SUS, no tocante à identificação e análise da produção científica relacionada ao aumento do uso de psicotrópicos no cuidado da saúde mental na APS em tela, percebeu-se que foi tratado de forma incipiente, haja visto que foi mencionada apenas em um estudo e em poucos foram permeadas questões sobre minorias étnicas e em populações em vulnerabilidade social; ademais, sendo um pouco mais citados em contexto que envolviam a população de mulheres e pessoas idosas; levando-se a acreditar que há necessidade da ampliação de estudos no campo da saúde mental articulando-se ao referido princípio, de forma mais ampla.

5 CONCLUSÃO

Identificou-se que o uso de psicotrópicos no cuidado em saúde mental é um fenômeno complexo, marcado tanto pelo alívio de sintomas quanto por desafios éticos, sociais e estruturais. Os estudos analisados apontam para a predominância da prescrição medicamentosa, muitas vezes realizada de forma superficial, com consultas centradas na renovação de receitas e com



acompanhamento limitado sobre os efeitos, riscos e necessidades reais dos usuários. Percebeu-se, ainda, a naturalização da medicalização da vida cotidiana, especialmente entre populações vulneráveis, como mulheres, pessoas idosas e indivíduos em situação de desemprego, o que contribui para a manutenção de práticas dependentes do uso crônico de psicotrópicos.

Os achados também indicam que intervenções especializadas e abordagens terapêuticas inovadoras podem contribuir para a racionalização do uso de medicamentos e para a ampliação das possibilidades de cuidado, desde que implementadas de forma ética, segura e respaldada por evidências científicas. Tais alternativas reforçam a importância de um olhar ampliado sobre a saúde mental, que integre dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais do sofrimento humano.

Nesse contexto, torna-se imprescindível revisitar criticamente as práticas de prescrição e manejo dos psicotrópicos, fortalecendo abordagens não farmacológicas, ações educativas e estratégias de redução de danos. A atuação dos profissionais deve ser orientada pelo cuidado integral, pelo respeito à autonomia dos usuários e pela promoção de vínculos terapêuticos consistentes, capazes de favorecer a escuta, o acolhimento e o protagonismo no processo de cuidado.

Constatou-se a importância da política de educação permanente em saúde para os profissionais de saúde, o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial e da Atenção Primária à Saúde, com enfoque na clínica ampliada, na atuação interdisciplinar, no trabalho colaborativo e interprofissional. Tais condições são essenciais para enfrentar lacunas estruturais e reduzir a dependência excessiva de medicamentos, reconhecendo a medicalização como reflexo de fragilidades sociais e organizacionais, oportunizando um cuidado holístico, o qual considera aspectos físicos, mentais, emocionais, sociais e espirituais.

Diante desta perspectiva, esta revisão reforça a importância de pesquisas futuras sobre o impacto do uso prolongado de psicotrópicos, a efetividade das estratégias não farmacológicas e o desenvolvimento de programas de redução de danos, contribuindo para o fortalecimento de boas práticas, humanizadas e integradas no cuidado em saúde mental.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Charlotte S.; MACNEILL, Stephanie J.; MARS, Becky; TURNER, Katrina M.; KESSLER, David S.; WILES, Nicola J. **Rise in prescribing for anxiety in UK primary care between 2003 and 2018: a population-based cohort study using Clinical Practice Research Datalink. British Journal of General Practice**, v. 72, n. 720, p. e511–e518, 22 mar. 2022.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 set. 2017. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/250584.html>.

Acesso em: 27 out 2025.

BRU, G. S. Uso de psicotrópicos: usuários, prescrições e prescritores. Estudo na cidade de Mar del Plata, Argentina (2021-2022). **Saude soc** [Internet]. 2024;33(1):e220654pt. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220654pt>. Acesso em: 29/10/2025

CARVALHO, M.C.A. **Saúde Mental na Atenção Básica**. In: JORGE, M.A.S (org.) Políticas e Cuidado em Saúde Mental. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2014.

CHIAVERINI, Dulce Helena (Org.); GONÇALVES, Daniel Almeida; BALLESTER, Dinarte; TÓFOLI, Luiz Fernando; CHAZAN, Luiz Fernando; ALMEIDA, Naly; et al. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. 236 p.

CRUZ, Vania Dias et al. O consumo de substâncias psicoativas entre pessoas idosas: um olhar complexo. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, p. 54-62, dez. 2021.

DE SOUSA, Milena Nunes Alves; BEZERRA, André Luiz Dantas; DO EGYPTO, Ilana Andrade Santos. Trilhando o caminho do conhecimento: o método de revisão integrativa para análise e síntese da literatura científica. **Observatorio de la economía latinoamericana**, v. 21, n. 10, p. 18448-18483, 2023.

ESHRIQUI, Ilana; DE ALMEIDA, Letícia Yamawaka; DE MENDONÇA, Joana Moscoso Teixeira; ANAZAWA, Leandro; BELOTTI, Lorryne; SOUSA, Ana Alice Freire; et al. **The effect of an intervention for organizing primary mental health care in Brazil: a study based on routine process indicators**. *BMC Primary Care*, v. 26, art. 56, 26 fev. 2025. DOI: 10.1186/s12875-025-02735-y.

FERREIRA, Lara Fernanda Santos et al. Relato de Experiência–Dispensação Farmacêutica de Psicotrópicos na Unidade de Segurança Máxima em Cariri–TO. RECIMA21- **Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 4, n. 8, p. e483702-e483702, 2023.

FILARDI, A. F. R., Mendonça, S. de A. M., & Oliveira, D. R. de . O ser humano é assim, sofre, mas alguns dias são piores: a percepção dos pacientes para o início do uso dos medicamentos psicotrópicos. **Psicologia Em Estudo**, 26, 2021.

FILARDI, Agnes Fonseca Ribeiro; PASSOS, Izabel Christina Friche; MENDONÇA, Simone de Araújo Medina; OLIVEIRA, Djenane Ramalho de. Medicalização da vida nas práticas vinculadas à Estratégia Saúde da Família. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 2, p. 421–445, jun. 2021.



FU, Y.; TANG, E. Y. H.; YU, G. Impact of pandemics on primary care: changes in general practitioner antidepressant prescriptions and mental health referrals during lockdowns in England, UK. **Public Health**, v. 236, p. 60–69, 2024. DOI: 10.1016/j.puhe.2024.07.007.

GUERRA, A. de L. R. et al. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 15, n. 7, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.4019>. Acesso em: 01 nov 2025.

HUANG, Caige; YANG, Yu; WEI, Yue; YAN, Vincent K. C.; LEE, Kyung Jin; LEUNG, Shek-Ming; LAI, Francisco T. T.; CHAI, Yi; BRAUER, Ruth; CASTLE, David J.; WEI, Li; HAYES, Joseph F.; LUO, Hao; SISKIND, Dan; YAN, Eric W.; CHAN, Esther W. Y. Psychotropic medication consumption before and after onset of COVID-19 pandemic in 91 countries and regions: a time-series analysis. **The Lancet Regional Health – Western Pacific**, v. 64, art. 101711, 2025.

JERJES, Waseem; RAMSAY, Daniele; STEVENSON, Harvey; LALJI, Karima. Mental Health Polypharmacy in “Non-Coded” Primary Care Patients: The Effect of Deprescribing. **Journal of Clinical Medicine**, v. 13, n. 4, p. 958, 7 fev. 2024.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LEEUWEN, Ellen Van; MAUND, Emma; WOODS, Catherine; BOWERS, Hannah; CHRISTIAENS, Thierry; KENDRICK, Tony. Health care professional barriers and facilitators to discontinuing antidepressant use: a systematic review and thematic synthesis. **Journal of Affective Disorders**, v. 356, p. 616–627, 1 jul. 2024.

MINAYO, M. C. et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOLCK, B. V., BARBOSA, G. C.; DOMINGOS, T. da S. Psicotrópicos e Atenção Primária à Saúde: a subordinação da produção de cuidado à medicalização no contexto da Saúde da Família. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 25, e200129, 2021.

MOLCK, Bárbara Vukomanovic; BARBOSA, Guilherme Correa; DOMINGOS, Thiago da Silva. Psicotrópicos e Atenção Primária à Saúde: a subordinação da produção de cuidado à medicalização no contexto da Saúde da Família. **Interface** (Botucatu), v. 25, p. e200129, 2021.

MUENCH, U.; JURA, M.; THOMAS, C. P.; PERLOFF, J.; SPETZ, J. Rural-urban prescribing patterns by primary care and behavioral health providers in older adults with serious mental illness. **BMC Health Services Research**, v. 22, art. 1440, 29 nov. 2022.

NGUNE, Irene; WYNADEN, Dianne; HESLOP, Karen R. Physical health of people with mental illness: a snapshot of consumer engagement in the provision of care in primary care. **Issues in Mental Health Nursing**, v. 45, n. 4, p. 429–435, abr. 2024.

OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de. **Os sentidos do cuidado em saúde mental na Estratégia Saúde da Família**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.



PEREIRA, G.; ORTIGÃO, M. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Revista Periferia**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2016.

PEREIRA, Élen Lúcio; CORTEZ, Lumena Cristina de Assunção; FONTES, Flávio Fernandes; SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. Medicalização do viver entre usuárias de psicotrópicos na atenção básica. **Revista Polis e Psique**, v. 11, n. 2, p. 51–71, maio-ago. 2021.

PILLAI, Aravind; KEYES, Katherine M.; SUSSER, Ezra. Antidepressant prescriptions and adherence in primary care in India: insights from a cluster randomized control trial. **PLOS ONE**, v. 16, n. 3, e0248641, 19 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Manual de Atenção Primária à Saúde para novas gestões municipais: 2025–2028**. Porto Alegre: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2025. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202502/26122951-manual-atencao-primaria.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SALGADO, Manoela A.; FORTES, Sandra Lucia C. L. Indicadores de saúde mental na atenção primária à saúde: avaliando a qualidade do acesso através da capacidade de detecção de casos. **Cadernos de saúde pública**, v. 37, p. e00178520, 2021.

WOODALL, Alan A.; ABUZOUR, Aseel S.; WILSON, Samantha A.; MAIR, Frances S.; BUCHAN, Iain; SHEARD, Sally B.; ATKINSON, Paul; JOYCE, Dan W.; SYMON, Pyers; WALKER, Lauren E. Management of antipsychotics in primary care: insights from healthcare professionals and policy makers in the United Kingdom. **PLOS ONE**, v. 19, n. 3, e0294974, 1 mar. 2024. DOI: 10.1371/journal.pone.0294974

ZEN, Daniel Patrocínio. “**A culpa é da mãe?**”: vozes de mulheres de um município da Baixada Fluminense sobre a prescrição de psicotrópicos para seus filhos pequenos. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.